

Decreto-Lei n.º 79-A/2020, de 1 de outubro

Estabelece um regime excecional e transitório de reorganização do trabalho e de minimização de riscos de transmissão da infeção da doença COVID-19 no âmbito das relações laborais.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 06/10/2020 até 31 de março de 2021 (sem prejuízo da possibilidade de prorrogação após consulta dos parceiros sociais).

Portaria n.º 232/2020, de 1 de outubro

Estabelece as obrigações declarativas fiscais que estão abrangidas pelo regime do justo impedimento de curta duração, previsto no artigo 12.º-A do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01/01/2021

Decreto-Lei n.º 81/2020, de 2 de outubro

Adequa os instrumentos criados no âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação e a Lei Orgânica do IHRU, I. P., à lei de bases da habitação, no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social. **Entrada em Vigor | Produção de efeitos:** 02/11/2020 (sem prejuízo do disposto no n.º 2 do seu artigo 14.º).

Lei n.º 59/2020, de 12 de outubro

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial aplicável à expropriação e à constituição de servidões administrativas.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 17/10/2020 (a presente autorização legislativa tem a duração de 90 dias).













Despacho n.º 386/2020-XXII, de 12 de outubro

Determina a prorrogação da comunicação do SAF-T da faturação através do Portal das Finanças e da declaração mensal de remunerações (DMR), até ao próximo dia 15 de outubro de 2020.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 13/10/2020.

Declaração de Retificação n.º 39/2020, de 12 de outubro

Declaração de retificação à Lei n.º 45/2020, de 20 de agosto, que «Altera o regime excecional para as situações de mora no pagamento da renda nos contratos de arrendamento não habitacional, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 4-C/2020, de 6 de abril».

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 17/10/2020 (com produção de efeitos a 21/08/2020).

Lei n.º 61/2020, de 13 de outubro

Autoriza o Governo a legislar em matéria relativa ao destacamento de trabalhadores no âmbito de uma prestação de serviços, transpondo a Diretiva (UE) n.º 2018/957, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de junho de 2018, e procedendo à primeira alteração à Lei n.º 29/2017, de 30 de maio.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 18/10/2020 (a presente autorização legislativa tem a duração de 180 dias).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2020, de 14 de outubro

Define orientações e recomendações relativas à organização e funcionamento dos serviços públicos de atendimento aos cidadãos e empresas no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 19/10/2020 (com produção de efeitos a 01/10/2020).

Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-A/2020, de 14 de outubro

Declara a situação de calamidade, no âmbito da pandemia da doença COVID-19.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: das 00:00 h de 15/10/2020 até às 23:59 h de 31/10/2020.













Despacho n.º 9934-A/2020, de 14 de outubro

Prorrogação das medidas aplicáveis ao tráfego aéreo com destino e a partir de Portugal.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: de 15/10/2020 a 31/10/2020.

Decreto-Lei n.º 86/2020, de 14 de outubro

Transpõe diversas diretivas relativas aos veículos em fim de vida e à restrição da utilização de determinadas substâncias perigosas em equipamento elétrico e eletrónico.

Altera: Anexos I e II do Decreto-Lei n.º 79/2013, de 11 de junho e Anexo XVI do Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro.

Entrada em Vigor: 15/10/2020.

Decreto-Lei n.º 87-A/2020, de 15 de outubro

Altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia da doença COVID-19.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 16/10/2020.

Decreto-Lei n.º 90/2020, de 19 de outubro

Altera o apoio extraordinário relativo à retoma progressiva de atividade em empresas em situação de crise empresarial.

Entrada em Vigor: 20/10/2020 (com produção de efeitos nos termos do n.º 2 do artigo 4.º).

Portaria n.º 247-A/2020, de 19 de outubro

Regula a aplicação da verba 2.8 da lista II anexa ao Código do IVA em cumprimento do disposto no artigo 2.º do Decreto -Lei n.º 74/2020, de 24 de setembro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01/12/2020.













Resolução do Conselho de Ministros n.º 88-B/2020, de 22 de outubro

Define medidas especiais aplicáveis aos concelhos de Felgueiras, Lousada e Paços de Ferreira no âmbito da situação de calamidade.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: das 00:00 h de23/10/2020 às 23:59 h de 31/10/2020.

Portaria n.º 250-B/2020, de 23 de outubro

Regulamenta as condições e os procedimentos de atribuição do apoio extraordinário de proteção social para trabalhadores em situação de desproteção económica e social e que não tenham acesso a qualquer instrumento ou mecanismo de proteção social.

Entrada em Vigor: 24/10/2020 (com produção de efeitos a 25/07/2020).

Despacho n.º 412/2020-XXII, de 23 de outubro

Prorroga algumas datas previstas na <u>Portaria n.º 195/2020</u> de 13 de agosto, que regulamentou os requisitos de criação do código de barras bidimensional (código QR) e do código único do documento (ATCUD) nas faturas.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 24/10/2020.

Decreto-lei n.º 92/2020, de 23 de outubro

Altera o regime geral da gestão de resíduos.

Altera: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro e sucessivas alterações.

Entrada em Vigor: 01/01/2021.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 89-A/2020, de 26 de outubro

Determina a limitação de circulação entre diferentes concelhos do território continental no período entre as 00h00 de 30 de outubro e as 06h00 de dia 3 de novembro de 2020.

Cf. Declaração de Retificação n.º 40-B/2020, de 27 de outubro.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 00:00 h de 30/10/2020.











SÍNTESE MENSAL LEGISLAÇÃO

Lei n.º 26-A/2020, de 27 de outubro

Imposição transitória da obrigatoriedade do uso de máscara em espaços públicos.

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 28/10/2020 (vigora pelo período de 70 dias a contar da data da sua entrada em vigor e é avaliada, quanto à sua necessidade da sua renovação, no final desse período).

Declaração de Retificação n.º 41/2020, de 27 de outubro

Retifica a Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto, que transpôs a <u>Diretiva (UE) 2018/843</u> do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018 (que altera a <u>Diretiva (UE) 2015/849</u> relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo e a <u>Diretiva (UE) 2018/1673</u> do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2018, relativa ao combate ao branqueamento de capitais através do direito penal, alterando diversas leis).

Entrada em Vigor | Produção de efeitos: 01/09/2020.

Declaração de Retificação n.º 40-C/2020, de 27 de outubro

Retifica o Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto, que estabelece a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Gás e o respetivo regime jurídico e procede à transposição da Diretiva 2019/692.

Altera: Decreto-Lei n.º 62/2020, de 28 de agosto.

Entrada em Vigor: 01/11/2020.

Em caso de necessidade de algum esclarecimento complementar, contacte:

Serviços da AICCOPN

T: +351 22 340 22 00 | geral@aiccopn.pt









